

Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas

Angela Maria de Oliveira Almeida¹
Universidade de Brasília

Maria de Fátima de Souza Santos²
Universidade Federal de Pernambuco

Zeidi Araújo Trindade³
Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

Focalizando particularidades da Teoria das Representações Sociais (TRS), este artigo pretende empreender uma reflexão sobre as contribuições da TRS, priorizando a relação entre práticas e representações sociais e examinando os desafios metodológicos para a apreensão destas práticas. Com esse objetivo, discute-se a importância do conceito de práticas sociais no âmbito da teoria e as possibilidades/dificuldades metodológicas implicadas em sua investigação. Propõe-se que, tendo legitimidades próprias, as práticas sociais deveriam também ser construídas como objetos de estudo singulares.

Palavras-chave: representações sociais, práticas sociais, estratégias metodológicas.

Representation and social practice: theoretical contributions and methodological difficulties

Abstract

This paper aims at considering the contributions of the Social Representation Theory, with the emphasis on its particular aspects highlighting the relationship between practices and social representations and examining the methodological challenges involved in the apprehension of such practices. With this objective, we discuss the importance of the concept of social practice in the realm of the theory and the methodological possibilities and difficulties implied in its investigation. We also propose that the social practice should be seen as a singular object of the study, due to its self-legitimacy.

Key words: social representation, social practice, methodological strategies.

No XXVI Congresso Interamericano de Psicologia, realizado em 1998, em São Paulo/Brasil, destacou-se uma expressiva produção em Psicologia

Social. Dentre as mais de 100 comunicações nessa área, uma parte significativa abordava problemas sociais com os quais a América Latina tem se deparado,

1. Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Brasília, e-mail: aalmeida@unb.br

2. Departamento de Psicologia, Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, e-mail: mfsantos@npd.ufpe.br

3. Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, e-mail: zeidi@uol.com.br

evidenciando uma busca de respostas satisfatórias para os mesmos, por parte dos intelectuais (Rateau e Rouquette, 1998). Ao mesmo tempo, destacou-se também a força que a Teoria das Representações Sociais (TRS), desenvolvida no âmbito da Psicologia Social, tem alcançado na América Latina, o que leva a uma reflexão sobre o valor heurístico desta teoria para os problemas sociais cotidianos.

A TRS tem fornecido subsídios para a compreensão de diferentes realidades sociais e trazido à tona aspectos até então desconhecidos dessas realidades. Entretanto, em que pese o número de pesquisas realizadas no âmbito da TRS, muito ainda há que realizar para explicitar conceitos, clarear definições e estabelecer articulações com outros conhecimentos produzidos, tanto no interior da própria Psicologia quanto em outras áreas do conhecimento, particularmente com aquelas que pertencem ao domínio das ciências humanas e sociais. Após um longo período de objetivismo, e porque não de obscurantismo, tem-se assistido nas ciências sociais, sobretudo a partir dos anos 60, a recuperação da preocupação com a subjetividade, enfatizando a construção de significados através da inserção do homem na cultura.

Ao buscar compreender os significados criados pelos homens acerca do mundo e de si mesmos e os processos neles imbricados, tal abordagem tem sido profícua, nos últimos anos, na antropologia, na lingüística, na sociologia, na história e na psicologia, o que vem exigir uma maior articulação entre esses diferentes ramos do saber, articulação que também deve ser empreendida no âmbito da própria Psicologia, como já têm feito alguns autores⁴. Cabe, além disso, maior atenção para as particularidades da própria teoria, procurando consolidar conceitos e evidenciar dificuldades, como forma de aprimoramento.

Com este objetivo, refletir sobre as contribuições da TRS, priorizando a relação entre práticas e representações sociais (RS), bem como examinar os desafios metodológicos para a apreensão destas práticas serão os eixos deste trabalho.

A teoria das representações sociais

Vários são os modos do ser humano produzir conhecimento. Tomando como exemplo a questão da origem do universo, observa-se a coexistência de diferentes teorias científicas que, no entanto, não esgotam as possibilidades explicativas. De modo semelhante, encontram-se verdadeiras "teorias" no âmbito da religião, além de inúmeras outras "teorias" populares, no âmbito do senso comum. Trata-se de conhecimentos produzidos pelo homem, em busca de respostas sobre a natureza de suas relações com o mundo. Tais conhecimentos organizam-se em conjuntos de idéias articuladas, fornecendo "modelos explicativos" acerca de uma determinada realidade.

Dentre as várias formas de conhecimento, o senso comum, o conhecimento popular será o foco de atenção nesta seção. Isto porque, somos, como afirma Moscovici (1984), uma "maioria de leigos" em um mundo que valoriza o conhecimento científico. No mundo contemporâneo, conhecimento científico e conhecimento do senso comum são tratados de forma polarizada, como consequência de uma

"sociedade bifurcada: uma minoria de especialistas e uma maioria de amadores, consumidores do conhecimento absorvido através de uma educação sucinta ou através da mídia. A oposição entre o pensamento *standard* e o que não o é, entre o pensamento instruído do científico e o pensamento 'ingênuo' do homem da rua é, definitivamente, menos de ordem lógica ou orgânica do que de ordem social" (Moscovici e Hewstone, 1984, p.541).

Para Moscovici (1984), no entanto, o conhecimento do senso comum não se contrapõe ao conhecimento científico. Trata-se apenas de uma outra ordem de conhecimento da realidade, de uma

4. A articulação entre a TRS e a perspectiva de Tajfel (1982), por exemplo, é concretizada por Breakwell (1993), abordando o conceito de Identidade Social e por Moscovici e Perez (1997), focalizando o preconceito.

forma de saber diferenciado tanto no que se refere a sua elaboração como na sua função.⁵

O termo Representação Social foi proposto por Moscovici (1961) justamente para designar um conjunto de fenômenos e processos relativos ao conhecimento do senso comum, ao pensamento leigo, "ingênuo", até então considerado como uma forma de conhecimento "desarticulada", "fragmentada", "pré-lógica" em oposição ao conhecimento científico.

Ao procurar entender como é assimilada a psicanálise pelo leigo, enquanto discurso científico, Moscovici (1961) não tinha como objetivo discutir a teoria psicanalítica, mas tentar compreender como o saber científico enraizava-se na consciência dos indivíduos e dos grupos. Ao estudar como o leigo se apropria de um saber científico, ajustando-o a representações anteriores e construindo assim uma representação social da psicanálise, Moscovici estudava cientificamente o "senso comum". Esse estudo implicava, pois, na análise das formas culturais de expressão dos grupos, na organização e transformação dessa expressão além da análise de sua função mediadora entre o indivíduo e a sociedade.

A proposta básica do estudo da representação social é pois a busca de compreensão do processo de construção social da realidade, para retomar a expressão de Berger e Luckmann (1973).

Ao definir as representações sociais, Jodelet (1984) afirma que elas são conhecimentos socialmente elaborados e compartilhados que têm como objetivo

"compreender e explicar os fatos e idéias que povoam nosso universo de vida ou que nele surgem, atuar sobre e com as pessoas, situar-nos com relação a elas, responder às perguntas que nos coloca o mundo, saber o que significam as descobertas científicas e o devenir histórico para a conduta de nossa vida (...) em outros termos, trata-se de um *conhecimento prático da realidade*" (Jodelet, 1984, p. 360) (grifos nossos).

Ou ainda, como afirma Abric (1994), "a representação funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com seu ambiente físico e social, ela vai determinar seus comportamentos ou suas práticas" (p.13).

Em um estudo sobre as RS do desenvolvimento, na perspectiva do *life span*, junto a educadores que exercem suas atividades pedagógicas com crianças, adolescentes, adultos e idosos, Cunha (2000) constata que a noção de desenvolvimento humano traçada pela Psicologia, não só é reiterada pela sociedade como também prescreve os comportamentos dos indivíduos nas diferentes fases da vida, particularmente no espaço institucionalizado da escola. Em teóricos como Piaget, Vygotsky e Wallon, em maior ou menor grau, encontramos uma noção de desenvolvimento que obedece a critérios de normatividade, de caráter essencialmente teleológico, na qual o desenvolvimento é compreendido como sinônimo de progresso, de caráter irreversível e de uma complexidade crescente.

"(...) encontramos teóricos como Piaget, que defende a transição do estágio sensório-motor para o operatório formal; Vygotsky, que enfatiza a construção dos processos superiores de pensamento, e Wallon, que acredita no desenvolvimento da inteligência rumo a uma diferenciação cada vez mais clara e objetiva da realidade" (Cunha, 2000, p.133).

De forma semelhante às teorias psicológicas, os educadores, independente da idade dos alunos com os quais trabalhavam, consideraram o desenvolvimento "como um fluxo de crescente aquisição (...). Isso pressupõe não somente a divisão do processo desenvolvimental em estágios, como também uma visão progressista, segundo a qual o desenvolvimento estaria ordenado rumo a níveis cada vez mais avançados" (Cunha, 2000, pp.133-134).

5. Bangerter (1995, p. 63) traz uma importante contribuição ao assinalar que a referência ao senso comum não implica em um tipo de saber compartilhado por todas as pessoas, acrescentando que senso comum seria melhor definido "*como aquilo que é comum a todos os membros de uma certa cultura, entendendo a palavra cultura em um sentido não específico considerando, por exemplo, o conjunto de conhecimento comum de um pequeno grupo*".

Tais "teorias" definem, ainda, o lugar que a sociedade, em suas práticas e relações sociais, reserva aos sujeitos: às crianças o espaço da brincadeira e da descoberta; aos adolescentes a indefinição/preparação para um futuro profissional; aos adultos o trabalho, a produção e a perpetuação estável da sociedade e aos velhos, colaboradores "marginais", o repasse, quando solicitado, de uma sabedoria acumulada ao longo da vida.

A harmonia entre as RS e as normas e valores culturais referentes a um dado objeto social não significa, entretanto, apenas cristalização ou permanência. Como observado por Trindade (1998a), se por um lado a maior parte das práticas que estudamos são práticas de reprodução, o que cabe também para as teorias do senso comum, por outro, elas não implicam em homogeneidade. Na gênese de uma teoria do senso comum emerge também a gênese da contradição. Ao lado de práticas e representações dominantes e resilientes, estudos mostram a face da ruptura, do novo e do inesperado.

No que se refere às relações entre pensamento e ação, entre dizer e fazer, entre representações e práticas sociais, duas questões se colocam: (1) Qual a natureza das relações entre RS e práticas sociais? (2) Como evitar as armadilhas do relativismo, cuja indeterminação nos conduz a resultados do tipo *qualquer coisa serve?*

Representações e práticas sociais

Ainda que as práticas sociais não constituam um fenômeno de interesse exclusivo dos estudiosos da TRS, um dos pontos centrais dessa teoria, confirmado pela literatura em inúmeras ocasiões, é a relação entre representações e práticas sociais. Focalizando especificamente a TRS, Trindade (1998a, p.21) salienta a relevância do estudo das práticas, justificando que "a relação prática-representação é um dos pressupostos da teoria das representações sociais, o que atribui às práticas o estatuto de elemento fundamental da construção teórica".

Essa constatação parece simples e até redundante, a princípio, porém traz em si um forte complicador, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico, o que talvez motive a pouca atenção dada às práticas no âmbito da TRS. Em um número especial da *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, totalmente consagrado às representações sociais, Jodelet e Moscovici (1990) advertem para o fato de que as práticas sociais são estudadas aquém do desejado pela Psicologia Social, apesar de sua importância teórica. Ao mesmo tempo em que os autores nos oferecem uma definição de prática social, eles observam que

"considera-se, geralmente, que as representações sociais são associadas a comportamentos atomizados, sem laços sociais, frequentemente sob a forma de legitimação, dando sentido aos atos que lhe são anteriores ou independentes. Negligencia-se o fato que as práticas são sistemas de ação socialmente estruturados e instituídos em relação com as regras" (Jodelet e Moscovici, 1990, p. 287).

A análise de estudos fundamentados na TRS, focalizando as práticas sociais, mostra a existência de pelo menos três questões problemáticas: (1) a (in)definição do conceito; (2) a natureza das relações entre representações e práticas e (3) as dificuldades metodológicas para a sua apreensão. Apesar da íntima relação entre os três tópicos, eles serão considerados separadamente para efeito de clareza.

O conceito de práticas sociais.

Quanto à definição de prática social, Sá (1994) ressalta a ambigüidade do conceito e seu uso indiscriminado entre os pesquisadores que adotam a TRS. Trindade (1998b), ao fazer um mapeamento do uso dos conceitos "práticas sociais", "práticas socioculturais" e "práticas cotidianas"⁶, no periódico *Papers on Social Representations*⁷, encontrou

6. A autora considerou que estas expressões são utilizadas de forma equivalente em diversos contextos.

7. Foram utilizados os periódicos publicados no período compreendido entre 1992 e 1996.

apenas quatro autores⁸ que definiam sua concepção de “práticas sociais”. A autora argumenta que não se pode atribuir à negligência dos pesquisadores essa indefinição sobre um conceito fundamental na TRS, mas que tudo se passa como se houvesse um “consenso implícito”, onde todos (ou quase) sabem que todos têm a mesma compreensão sobre as configurações das práticas sociais, sendo, portanto, um exercício de redundância a tentativa de defini-las. É a naturalização das práticas sociais” (Trindade, 1998b, p. 3).

A partir das definições encontradas, Trindade (1998) concluiu que existem, ao menos dois requisitos comuns entre os autores: (1) as práticas sociais referem-se a conjuntos de ações; (2) “as ações se apresentam com organização encadeada e padronizada” (p. 4). Esta autora, entretanto, ressalta que apesar dos requisitos comuns, há priorização, por parte dos pesquisadores, de aspectos diversos das práticas. Ora enfatizam-se os aspectos mais subjetivos por se considerar que as práticas sociais são atividades significativas para os sujeitos, ora as práticas são remetidas à noção de papel social.

A indefinição do conceito de prática social se liga diretamente às polêmicas que envolvem a questão das relações entre representações e práticas sociais (Abric, 1994). São elas interdependentes ou haveria uma relação de determinação de uma sobre a outra?

As relações entre representações e práticas sociais

Retomando as reflexões desenvolvidas por Abric (1994), algumas evidências podem ser apresentadas, apontando as relações entre representações e práticas sociais em três diferentes direções:

1. As representações determinam as práticas sociais. Após a publicação da obra *La psychanalyse, son image et son public* (Moscovici, 1961), foram realizadas pesquisas experimentais buscando evidenciar que os comportamentos dos indivíduos ou grupos não eram determinados pelas características das situações e sim pelas RS dessas situações. Em

obra publicada em 1987, Abric ilustra, com vários trabalhos, como a representação da situação determina o comportamento. Nesses trabalhos a natureza das representações de si, do outro ou da tarefa incidem diretamente sobre o comportamento dos sujeitos na situação experimental.

Outras pesquisas citadas por Abric também colocam em evidência como as representações dos grupos determinam as relações intergrupais. O trabalho clássico de Jodelet (1989a), *Folies et représentations sociales*, constitui-se em mais um exemplo das representações sociais determinando as práticas frente à doença mental. Em seu trabalho em uma comunidade terapêutica francesa onde os doentes vivem com as famílias, Jodelet permite-nos vislumbrar como as representações acerca da “loucura” – diferenciando dois tipos de doentes –, atuam como verdadeiros guias de ação em relação aos doentes mentais. Nessa comunidade, seus membros aceitam dividir a mesa ou a privacidade de seu lar com os “doentes do cérebro”, enquanto excluem de uma relação mais próxima os “doentes dos nervos”.

2. As práticas sociais determinam as representações. Tomar as práticas sociais como condicionantes das representações tem sido entendido, no âmbito da TRS, como uma concepção radical, oriunda das teses marxistas, que pressupõe que apenas as condições materiais e objetivas de existências podem determinar as ideologias ou as representações. Tal tese seria uma das responsáveis pelos entraves sofridos pela TRS, em seus primórdios. Como afirma Abric (1994, p. 218, grifos do autor), “essa posição se acompanhava, geralmente, até a uma época recente, (...) de uma desconfiança e de uma recusa da noção de representação tal como nós a utilizamos”. Nesse sentido, completa o autor, “nossa concepção de um sujeito ativo é, então, interpretada como uma das manifestações de uma dissimulação ideológica visando ocultar o papel determinante das relações de produção, das quais este sujeito é totalmente dependente”. Ou, como observa Jodelet (1989b,

8. Echebarria (1994), Sá (1994), Abric (1994) e Duveen (1994).

p.39), "(...) *um modelo marxista, cuja concepção mecanicista de relações entre infra e supra-estrutura negava toda legitimidade a este campo de estudo, povoado de puros reflexos ou idealismo*".

Apesar de não contestar o papel essencial das condições materiais sobre a elaboração, evolução e transformação das RS, Abric (1994), adverte para a necessidade de que estudos dessa natureza considerem três outros fatores que determinam as RS, ao mesmo tempo em que encerram toda atividade prática: (1) os fatores culturais que atuam como "matrizes culturais de interpretação" das práticas; (2) os fatores ligados aos sistemas de normas e de valores, que intervêm como elementos de negociação entre as práticas e as representações e (3) os fatores ligados à atividade dos sujeitos, tais como as atividades de decodificação, os sistemas de expectativas, antecipações e categorização que estão associados às representações das práticas.

3. *As representações e as práticas sociais como pólos interdependentes*. Os argumentos teóricos e as evidências empíricas, coletadas a partir de estudos desenvolvidos por pesquisadores adeptos da TRS, tal como a literatura nos atesta, parecem fortalecer a noção de que as práticas sociais são determinadas pelas representações.⁹ Entretanto, essa mesma literatura reconhece que as representações constituídas têm, muito provavelmente, suas raízes em práticas coletivas arcaicas, as quais definiram, certamente, a natureza das relações sociais entre indivíduos e grupos e foram asseguradas pela tradição e comunicação oral. Tal constatação acaba resultando na aceitação de uma relação de reciprocidade entre representações e práticas sociais, assumindo-se o caráter dialético dessa relação, na qual cada um dos pólos constitui uma totalidade indivisível, atuando, ambos, como um sistema que gera, justifica e legitima o outro.

Frente a essa constatação, Abric (1994) propõe três hipóteses explicativas para a relação entre representações e práticas sociais, definidas a partir da natureza da situação com a qual os indivíduos e os grupos se deparam:

"H₁: As representações determinam as práticas sociais em situações nas quais a carga afetiva é forte e nas quais a referência – explícita ou não – à memória coletiva é necessária para manter ou justificar a identidade, a existência ou as práticas do grupo" (p. 231).

"H₂: As representações assumem, igualmente, um papel determinante sobre as práticas em situações nas quais o ator dispõe de uma autonomia – mesmo que relativa – em relação às restrições da situação ou daquelas resultantes das relações de poder" (p. 231).

"H₃: Em situações com forte restrição – social ou material – as práticas sociais e as representações são interativas. Nessas situações, a implementação de certas práticas é suscetível de engendrar transformações completas nas representações" (p. 234).

Essas três formas de se compreender as relações entre representações e práticas sociais demonstram o grau de dificuldade com o qual nos confrontamos ao tentar "definir", de forma absoluta, a natureza de tais relações.

Observa-se atualmente o predomínio da idéia de interdependência. As RS regulam as práticas sociais dos sujeitos, porém, ao mesmo tempo, elas emergem das diferentes práticas sociais, da diversidade das práticas no cotidiano. Ao assinalar a complexidade do tema, Rouquette (1998) contesta a afirmação de mera reciprocidade de influências entre práticas e representações, ponderando que não existe equivalência nas duas "influências" e completando que "convém tomar as representações como uma *condição das práticas*, e as práticas como um *agente de transformação das representações*" (p. 43, grifos do autor).

Aponta-se aqui para a necessidade de um aprofundamento acerca da relação entre representações e práticas sociais, acreditando nas contribuições que o

9. Seria conveniente, no entanto, uma análise dos objetivos e dos delineamentos das pesquisas cujos resultados são utilizados para reforçar essa idéia.

desvendamento das práticas pode oferecer à compreensão das representações e ambas, à construção da realidade social. Essa posição obriga a retomada da discussão sobre o conceito de práticas sociais, considerando a permanente polêmica entre idealismo e materialismo.

Da indeterminação do conceito às armadilhas do relativismo

Em nosso idioma pode-se usar indistintamente as palavras *práxis* e *prática*, se bem que a primeira seja de uso mais restrito ao vocabulário filosófico e a segunda ao uso cotidiano. O termo *práxis*, de origem grega, designa uma ação, a qual se refere ao ato em si mesmo, sem que a ação redunde na produção ou criação de algo. Já o termo *prática*, refere-se, em muitas das vezes, à atividade prática humana no sentido utilitário: homem prático, resultados práticos etc. De fato, à ação que cria algo externo ao sujeito e ao seu próprio ato, o vocábulo correspondente em grego é a *poiésis* que “significa literalmente produção ou fabricação, ou seja, o ato de produzir ou de fabricar algo” (Vázquez, 1977, pp. 4-5), o qual incorpora a idéia de criação, de ação refletida pelo pensamento.

Com a propagação do marxismo e de sua filosofia materialista-histórica, o termo *práxis* incorpora o significado da *poiésis*, assimilando a criação ao ato material da atividade social humana. É com esse novo significado que o termo *práxis* se insere nas produções científicas e filosóficas, buscando, sobretudo, elevar a atividade humana a um novo patamar, que humaniza sua prática pela possibilidade de superação do senso-comum, através da incorporação de um pensamento filosófico e científico a essa atividade. Portanto, nessa perspectiva, sem uma superação da consciência ingênua e comum não se atingirá jamais o verdadeiro sentido da *práxis*, a qual pressupõe uma íntima unidade entre teoria e prática. “(...) a destruição da atitude própria à consciência comum é condição indispensável para superar toda consciência mistificada da *práxis* e ascender a um ponto de vista objetivo, científico, a respeito da atividade prática humana” (Vázquez, 1977, p.8).

Ainda, na perspectiva de uma filosofia marxista ortodoxa, a representação, ou melhor dizendo, a ideologia, como já assinalamos anteriormente, constitui-se em um reflexo direto do modo pelo qual a sociedade organiza suas condições materiais e objetivas de existência. Portanto, se há uma representação, ela apenas pode se configurar como sendo determinada pelo tipo de prática social engendrada pelas relações sociais de produção.

O termo prática social, na acepção adotada pela TRS, não se refere nem ao ato desprovido de interpretação – ato utilitário –, e nem pressupõe a superação do senso comum, como reivindica a filosofia marxista. Ligadas à idéia de um pensamento social, práticas e representações se unem, sendo estas últimas organizações significantes da realidade, construídas através da cultura que, com seus sistemas interpretativos, dá significado à ação. Por essa razão, a TRS, como o próprio Moscovici afirmou, pode ser compreendida como uma *teoria contemporânea do senso comum*.

Sem negligenciar o valor das RS como uma forma de conhecimento que participa da construção da realidade social e, sem negar a legitimidade de seu estudo, na medida em que pode revelar os processos cognitivos, sociais e afetivos que atuam na construção dessa realidade, apontando para as inovações, para uma vida social que está se realizando, pode-se questionar as consequências, os efeitos dos estudos realizados no âmbito dessa teoria. Não há, nos pressupostos da TRS, preocupação com a distinção entre prática e *práxis*, na acepção marxista do termo, e, por conseguinte, o comprometimento explícito de perseguir a superação de uma consciência ingênua, elaborada no âmbito do “universo consensual”, favorecendo a desnaturalização das relações sociais. Mesmo porque, no âmbito da TRS o conhecimento do “sábio amador” não deve ser invalidado como uma forma de conhecimento falso ou errôneo.

Não se correria, então, o risco de cair nas armadilhas do relativismo absoluto, cuja indeterminação nos conduz a resultados do tipo *qualquer coisa serve*? Será que não se deveria explicitar claramente o “lugar” social de onde se está falando ao apresentar resultados de pesquisas? Com que tipo de “verdade” ou, melhor

dizendo, com qual prática social o pesquisador está comprometido, ou quer se comprometer, a descrever processos e conteúdos de representações acerca de um dado fenômeno social? A história tem mostrado que nem sempre a cultura humana encontra soluções humanas para os problemas humanos.

Questões metodológicas nos estudos das práticas sociais

Após as considerações acima, o que se pode afirmar é a necessidade de se explicitar, mais cuidadosamente, o que se entende por prática social, sempre que for considerada como relevante para a compreensão das RS, até para alcançar maior coerência do ponto de vista metodológico. Quando o pesquisador se refere à importância das práticas na formação das representações, de que prática está falando? Qualquer prática social tem relevância para a emergência da representação social de um objeto específico? Ao estudar uma dada representação social, como o pesquisador limitaria o campo das "práticas relevantes" no seu estudo?

Analisando a construção da RS como objeto de pesquisa, Sá (1998) comenta sobre as possíveis dificuldades para se estabelecer a existência ou não de RS de objetos de interesse entre um determinado grupo, principalmente para o pesquisador iniciante, alertando que o par sujeito-objeto deve estar ligado por "um saber efetivamente praticado, que não deve ser apenas suposto, mas sim detectado em comportamentos e comunicações...". O autor acrescenta que "não podemos nos basear em especulações a respeito de 'representações virtuais', ou seja, em suposições quanto à existência do fenômeno" (p. 50). Cabe a transposição da análise para as práticas sociais como objeto de estudo: as práticas não devem ser apenas supostas, baseadas em especulações que melhor as definiriam como práticas virtuais.

Ainda sobre a configuração das práticas, Trindade (1998a) salienta que, embora os estudos que focalizam "práticas circunscritas a determinados espaços/atividades" sejam importantes "(...) tais estudos parecem pressupor que essas práticas só ocorrem em ambientes propícios" (p. 20) circunscritos

à presença do objeto em questão. Como lembra Trindade, ao tomar como referência as práticas religiosas, os estudos centram-se em práticas na igreja, nos grupos de oração e similares, como se "elas fossem desvinculadas de outras práticas construídas pelos sujeitos e sem existência (ou relevância) em outros momentos de suas vidas" (p. 20).

Estes pontos remetem à discussão sobre a diversidade de práticas sociais, articuladas no cotidiano, orientando-as RS de um dado objeto, como mostraram Santos e Belo (2000). Essas autoras verificaram que as práticas relativas ao trabalho, à família, aos movimentos sociais contribuíam para as representações construídas sobre a velhice. Do mesmo modo, remetem à discussão sobre a articulação de diversas representações na orientação de práticas relativas a um dado objeto, como ilustrado no caso dos técnicos e educadores de rua em suas práticas com meninos de rua, em pesquisa desenvolvida por Campos (1998). Como bem salienta Abric (1994, p.8), "o estudo das relações entre representações e práticas enfrenta o problema da articulação e da interação entre os diferentes campos constitutivos da realidade social".

A questão fundamental parece ser como delinear metodologicamente as práticas de interesse, sem negligenciar os possíveis aportes teóricos que poderiam contribuir para sua compreensão. Mesmo considerando que o objeto de pesquisa é sempre um objeto construído, é importante para o pesquisador não perder de vista as possíveis articulações de diferentes práticas cotidianas na construção da representação do objeto a ser estudado. Não basta apoiar-se na descrição de práticas ou na inferência de articulações, mas construir instrumentos que permitam uma coleta mais próxima do contexto concreto em que elas se desenvolvem, permitindo compreender os significados que vão adquirindo em contextos diversos.

De acordo com as proposições de Moscovici (1984), as representações são construídas e mantidas no curso das comunicações cotidianas, que não implicam apenas em conversações. Este é o desafio metodológico para que se obtenha os elementos mais importantes tanto das representações como das práticas sociais. Como conseguir extratos dessas

comunicações? O problema consiste em conseguir "obter material de amostras de conversações normalmente trocadas em uma sociedade" (p. 52) como sugere Moscovici, propondo que "o estudo das representações sociais requer que retornemos aos métodos de observação" (p. 67).

Esta última proposição parece se aplicar principalmente ao estudo das práticas sociais. Sem dúvida, foi através de uma multiplicidade de técnicas, incluindo a observação, que Jodelet (1989a) pode apreender dados não explicitados verbalmente sobre representações e práticas relativas ao "contágio" da doença mental¹⁰.

A metodologia derivada da Teoria do Núcleo Central, proposta por Abric (1998), também parece bastante interessante, na medida em que possibilita delimitar os elementos estruturantes da representação, portanto, os significados fundamentais que, retomando Rouquette (1998), seriam a condição para a construção das práticas sociais. Entretanto, uma das questões que se coloca é a de como as propostas metodológicas que decorrem de tal teoria conseguem apreender as diferentes tensões entre significados e as tensões que emergem das relações sociais durante as comunicações cotidianas. Essa dinâmica parece ser melhor aprendida por abordagens antropológicas.

Do ponto de vista metodológico, os instrumentos mais utilizados nas pesquisas sobre RS são instrumentos interrogativos e/ou associativos (Abric, 1994), que são descrições verbais das práticas adotadas. Apesar de alcançarem resultados, estes instrumentos parecem limitados em algumas situações e outras estratégias complementares devem ser adotadas. Seria difícil, por exemplo, apreender as tensões existentes nas representações e práticas que envolvem as relações sociais e familiares de mulheres inférteis através de técnicas interrogativas.

Um caminho para dar conta das "amostras de conversações" indicadas por Moscovici (1984) pode ser a proposta instigante de Menegon (1999). Investigando a produção de sentidos sobre a menopausa, a

partir de uma perspectiva construcionista, a autora opta "*pelos conversas do cotidiano como recurso metodológico*" (p.224). As conversas obtidas situaram-se nos mais diferentes contextos: clínica fisioterápica, mesa de bar e conversas ouvidas em ônibus, e a riqueza de conteúdo conseguida é incontestável. Mas esta técnica de coleta de dados também implica em dificuldades, como alerta a autora, "dificuldade de registro, clareza sobre os limites da análise possível e postura ética"¹¹.

As práticas sociais se referem a um processo interativo em que sujeito, objeto e grupo social não podem ser considerados isoladamente. É no jogo dessas interações que as práticas se consolidam, adquirem significados e são re-significadas, impregnadas por valores e afetos, contribuindo para a construção e transformação das diferentes teorias psicológico-populares que permeiam o imaginário de determinado grupo social.

É importante salientar, finalmente, que a opção entre uma abordagem pluri-metodológica e a utilização de métodos específicos está intrinsecamente vinculada aos objetivos do pesquisador no curso de um dado trabalho. Apreender, ao menos em parte, a dinâmica de uma realidade complexa requer, por vezes, "olhar" o objeto de pesquisa em ângulos diversos. Da mesma forma, a tentativa de responder a uma pergunta mais específica implicará em uma verticalização do "olhar", o que remete a metodologias também específicas. De qualquer forma, os pontos comuns nas definições de práticas sociais encontrados por Trindade (1998b) permitem sugerir que todas as definições circunscrevem pelo menos parte de um mesmo fenômeno, mas que, compreendido sob a ótica particular do pesquisador, integrando suas preferências teóricas e metodológicas, incorporará em sua conceituação este ou aquele elemento, priorizará este ou aquele aspecto, produzindo concepções as mais diversas.

Um cuidado especial se coloca quando é grande a proximidade com o objeto de estudo, estando o pesquisador imerso também nas teorias do senso

10. Foi a observação, e não os relatos verbais, que permitiram à pesquisadora identificar práticas diferenciadas das mães de família com relação à secreção e à excreção dos doentes.

11. O texto é parte da dissertação de mestrado da autora e relata com detalhes as etapas percorridas para a análise de resultados das conversas.

comum e nas práticas sociais que constituem seu cotidiano. Apesar de não focalizarem as práticas sociais, dois autores exprimem com precisão exigências de cautela que julgamos pertinentes. Falando sobre RS, Sá (1998) observa que seu estudo só é proveitoso quando construídas "como objeto de pesquisa no universo reificado da prática científica", concluindo que, mesmo sendo tentador "uma apropriação ingênua das representações sociais de tentar captá-las em seus próprios termos correntes" este tipo de procedimento resultaria "apenas em sua duplicação como representações de representações, de pouco valor para o entendimento psicossociológico do fenômeno" (p. 17).

Por outro lado, analisando um tema complexo pelas paixões que mobiliza, a dominação masculina, Bourdieu (1999) adverte para os riscos da militância quando se sobrepõe à análise científica. Reclamar direitos exclusivos sobre um objeto

"pelo fato de ser ao mesmo tempo sujeito e objeto, e mais precisamente, de ter experimentado em primeira pessoa a forma singular da condição humana que se busca analisar cientificamente, é importar para o campo científico a defesa política de particularismos que autoriza uma desconfiança a priori e põe em questão o universalismo que, através sobretudo do direito de acesso a todos os objetos, é um dos fundamentos da República da ciência" (Bourdieu, 1999, p. 137).

Como já se apontou, as práticas sociais não são um fenômeno de interesse exclusivo dos estudiosos da TRS e são um campo sub-estudado no âmbito da própria Psicologia Social. No caso da TRS, a necessidade de melhor conhecer as práticas parece sempre fundamentada na preocupação com as contribuições que o desvendamento das práticas pode oferecer à teoria. Invertendo a equação, propõe-se que, tendo legitimidade própria, as práticas sociais deveriam também ser construídas como objetos de estudo singulares, que podem se beneficiar de diferentes aportes teóricos originados no domínio da Psicologia Social, dentre os quais salientou-se a TRS e

as explicações delimitadas pelo campo de estudo da psicologia popular.

Em 1971, Faucheux e Moscovici afirmavam que "A psicologia social, como ciência e prática, é, indiscutivelmente política: ela tem um alcance político..." (p. 63, grifos nossos). Trinta anos depois permanece a dificuldade em articular as instâncias dos conhecimentos teórico e prático na Psicologia Social, assim como em reconhecer sua faceta política. Talvez o estudo comprometido das práticas sociais evidencie novos caminhos, mostrando que a TRS pode colaborar não só para a compreensão dos clamorosos problemas sociais da atualidade, como também para a intervenção que contribua com sua solução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrie, J.-C. (1994). Introduction. Em J.-C. Abrie (Org.), *Pratiques sociales et représentations* (pp. 7-9). Paris: Presses Universitaires de France.
- Abrie, J.-C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. Em A.S.P. Moreira e D.C. de Oliveira (orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 27-38). Goiânia: AB Editora.
- Bangerter, A. (1995). Rethinking the relation between science and common sense: A comment on the current state of social representation theory. *Papers on Social Representations*, 4(1), 61-78.
- Berger, P. e Luckmann, T. (1973). *A construção social da realidade* (F. S. Fernandes, Trad) Rio de Janeiro: Vozes (Trabalho original publicado em 1966).
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina* (M. H. Köhner, Trad) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (Trabalho original publicado em 1998).
- Breakwell, G.M. (1993). Social representations and social identity. *Papers on Social Representations*, 2(3), 198-217.
- Campos, P.H.F. (1998). *Pratiques, représentations sociales et exclusion sociale: Le cas des éducateurs des enfants de rue au Brésil*. Tese de Doutorado, Université de Provence/Aix-Marseille I, France
- Cunha, G. G. (2000). *Bricoladeiras, sexualidade, trabalho e sabedoria: Assim definem nosso desenvolvimento*.

- Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Duveen, G. (1994). Unanalysed residues: Representations and behaviors. A comment on W. Wagner. *Papers on Social Representations*, 3(2), 207-212.
- Echebarria, A. (1994). Social representations, social practices and causality. A reply to W. Wagner. *Papers on Social Representations*, 3(2), 195-200.
- Faucheux, C. e Moscovici, S. (1971). Observaciones críticas sobre la "cuestión microsocial". Em E. Morin (Org.), *Psicología social y compromiso político* (pp.54-76). Buenos Aires: Rodolfo Alonso Editor.
- Jodelet, D. (1984). Représentation sociale: Phénomène, concept et théorie. Em S. Moscovici (Org.), *Psychologie sociale* (pp. 357-378). Paris: Presses Universitaires de France.
- Jodelet, D. (1989a). *Folies et représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Jodelet, D. (1989b). Représentations sociales: Un domaine en expansion. Em D. Jodelet (Org.), *Les représentations sociales* (pp.31-61). Paris: Presses Universitaires de France.
- Jodelet, D e Moscovici, S. (1990). Les représentations sociales dans le champ social. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 3 (3), 285-288.
- Menegon, V.M. (1999). Por que jogar conversa fora? Pesquisando no cotidiano. Em M. J. Spink (org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas* (pp.215-241). São Paulo: Cortez.
- Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. Em R. M. Farr e S. Moscovici (eds.), *Social representations* (pp.3-69). Cambridge: Cambridge University Press; Paris: Éditions. de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Moscovici, S. e Hewstone, M. (1984). De la science au sens commun. Em S. Moscovici (Org.), *Psychologie sociale* (pp. 536-558). Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. e Perez, J. (1997). Representations of society and prejudices. *Papers on Social Representations*, 6(1), 27-36.
- Rateau, P. e Rouquette, M. L. (1998). Compte rendu du XXVIe Congrès Interaméricain de Psychologie. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 11, 173-176.
- Rouquette, M-L. (1998). Representações e práticas sociais: Alguns elementos teóricos. Em A.S.P. Moreira e D.C. de Oliveira (Orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp.39-46). Goiânia: AB Editora.
- Sá, C.P. (1994). Sur les relations entre représentations sociales, pratiques socio-culturelles et comportement. *Papers on Social Representations*, 3(1), 40-46.
- Sá, C.P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Santos, M. F. S. e Belo, I. (2000). Diferentes modelos de velhice. *Psico*, 31(2), 31-48.
- Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais* (L. Amâncio, trad.) Lisboa: Livros Horizonte (Trabalho original publicado em 1981).
- Trindade, Z. A. (1998a). Reflexão sobre o estatuto das práticas na TRS. Textos para discussão. Anais. *Simpósio Internacional sobre Representações Sociais: Questões Epistemológicas*, 1, 18-28. Natal: UFRN.
- Trindade, Z.A. (1998b). *Na teoria as práticas são outras* [mimeo]. Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (14p.). Gramado, RS.
- Vázquez, A.S. (1977). *Filosofia da práxis* (2ª ed.). (L. F. Cardoso, trad) Rio de Janeiro: Paz e Terra (Trabalho original publicado em 1967).

Recebido em: 26/04/01

Aceito em: 24/07/02